

O financiamento da FCT às universidades do interior e ilhas

1. Enquadramento

Atualmente é do reconhecimento geral que o conhecimento resultante das atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico (I&D) é um dos fatores mais determinantes no desenvolvimento económico das sociedades modernas.

Assim, a rentabilização de recursos humanos altamente qualificados em ciência, i.e. das pessoas com a capacidade de inovação através da produção e aplicação do conhecimento, constitui um dos pilares essenciais ao progresso do desenvolvimento social e deveria ser um desígnio nacional.

É também do reconhecimento geral, que Portugal fez, nos últimos 20 anos, um esforço significativo e continuado em termos de investimento público em I&D para implementar uma política científica, essencialmente operacionalizada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.), que permitiu: i) uma melhoria substancial das infraestruturas científicas; ii) um aumento significativo do número de doutorados por milhar de habitantes; iii) um aumento significativo de todos os indicadores de produção e qualidade científica.

No entanto, quando comparado com outros Estados-membros da união europeia, o desempenho de Portugal em termos dos padrões de investigação e de inovação é ainda insuficiente, dado que não lhe tem permitido o sucesso competitivo em termos de benefícios sociais e económicos. Este aspeto está bem evidenciado nas dificuldades que Portugal está a ter para lidar com a grave crise social e económica em que se encontra há mais de três anos e pela crescente assimetria no desenvolvimento regional.

Assim, é urgente diagnosticar as causas subjacentes a este desempenho insuficiente para que se possa averiguar se aplicação do financiamento público em ciência está efetivamente a promover as “verdadeiras” mais-valias do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) em termos de benefício social e económico.

Adicionalmente, para que Portugal possa explorar todo o seu potencial I&D, incluindo nas regiões menos avançadas e distanciadas dos grandes centros urbanos, é fundamental e necessário que o financiamento público para a ciência seja aplicado de acordo com critérios justos e transparentes definidos para defender os superiores interesses de Portugal. Só com uma estratégia de inclusão territorial capaz mobilizar os recursos humanos (altamente qualificados em ciência) disponíveis em todas as regiões do país se poderá conseguir beneficiar em simultâneo o tecido social e a comunidade industrial, tanto localmente como ao nível nacional, ou seja, promover o desenvolvimento de Portugal de um modo integrado, justo e equilibrado.

Os princípios subjacentes à democracia majorados por este tempo de crise exigem que o financiamento público para a ciência seja objeto de análise crítica para que se possa escrutinar se o aparente desempenho insuficiente do SCTN não pode ser corrigido sem a necessidade de aumentar o financiamento público. Três aspetos devem ser considerados neste processo de análise, nomeadamente:

- 1) Eficiência/Ineficiência da aplicação do investimento em I&D em cada uma das unidades do SCTN – Este parâmetro requer que se defina um **indicador de padrão produção e qualidade científica*** e de seguida seja utilizado para determinar o montante de financiamento público utilizado em cada uma das unidades do SCTN para produzir 1 indicador de padrão produção e qualidade científica.
- 2) Equilíbrio/Desequilíbrio da composição do investimento (público versus privado) – dado o fraco investimento privado em I&D registado em Portugal e a sua importância para a promoção do desenvolvimento social e económico do país, é necessário apoiar e incentivar as unidades do SCTN na captação de investimento privado. Assim, deve-se determinar para cada unidade do SCTN qual o montante de financiamento privado captado por unidade de financiamento público investido e utilizar este rácio nos critérios de financiamento.
- 3) Ajustamento/desajustamento do financiamento público em função dos recursos humanos altamente qualificados em ciência disponíveis em cada região do país.

2. Resultados dos concursos FCT 2008-2013

A investigação científica em Portugal é feita essencialmente nas universidades públicas as quais têm dimensão e graus de desenvolvimento diferentes. As maiores, mais antigas e mais desenvolvidas estão no litoral do país enquanto as mais recentes estão localizadas no interior (UTAD, UBI, UE, UALG) e ilhas (UMa, UAçores). O financiamento da investigação em Portugal é feito essencialmente pela Fundação para a ciência e tecnologia, através de concursos públicos, de acordo com diferentes tipologias: Projectos de investigação, infra-estruturas, Bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, programas de doutoramento, Investigadores e Unidades de investigação.

Vejamos os resultados dos diversos concursos dos últimos 5 anos:

A FCT abriu 3 **concursos de projectos de investigação** em todos os domínios científicos em 2009, 2010 e 2012. Em 2009 foram aprovados 780 projectos e as 6

universidades do interior e ilhas ganharam 49 projectos (taxa de aprovação 6.3%). Em 2010 a taxa de aprovação baixou para 4.6% (632 projectos e apenas 29 aprovados). Em 2012 foram aprovados 633 projectos, no valor global de 97 milhões de euros, e a taxa de aprovação destas universidades manteve-se em apenas **4.6%** (29 projectos)

A FCT financia igualmente a estabelecimento de **infra-estruturas científicas** envolvendo a contratação de recursos humanos e de equipamento científico. Em 2013 a FCT promoveu o concurso Roteiro nacional de infra-estruturas de investigação no qual foram avaliadas 121 candidaturas e aprovadas 54. Estas candidaturas envolvem usualmente o estabelecimento de consórcios entre várias instituições para a exploração de um determinado equipamento o qual fica geralmente sediado em apenas uma instituição do consórcio, sendo esse facto uma enorme mais valia para essa instituição. Neste concurso as instituições do interior e ilhas participaram em 22 destes consórcios mas raramente como instituição proponente.

A FCT abre regularmente concursos de **bolsas de doutoramento e pos-doutoramento**. Em 2013 e de acordo com os dados constantes no site da FCT havia 4799 bolsas de doutoramento em execução, das quais 2096 na região de Lisboa e vale do Tejo, 1068 no centro e 1477 na região norte. Relativamente ao Algarve havia 69 bolsas em execução (1.4%), Alentejo (Univ Évora) 70 bolsas (1.4%), nos Açores 10 (0.21%) e na madeira 9 (0.19%). Não há dados objectivos relativamente à UTAD (integrada no norte) e à UBI (integrada no centro) mas o panorama será semelhante em torno dos 1.4%, o que indica que, no total, estas 6 instituições serão responsáveis por cerca de **6%** das bolsas.

Nas bolsas de pos-doutoramento o panorama é semelhante. Entre 2008 e 2012 foram atribuídas 2234 bolsas, das quais 1079 ficaram na região de Lisboa e vale do Tejo, 473 no centro e 565 na região norte. A região do Algarve recebeu 65 bolsas (2.9%), Alentejo (Univ Évora) 35 bolsas (1.6%), Açores 12 (0.5%) e Madeira 5 (0.22%). Não há dados objectivos relativamente à UTAD (integrada no norte) e à UBI (integrada no centro) mas o panorama será semelhante em torno dos 1.5%, o que indica que no total estas 6 instituições serão responsáveis por cerca de **7-8%** das bolsas de pos-doutoramento.

Nos concursos de **investigador FCT 2012 e 2013** destinados à contratação de investigadores doutorados com mais de 3 anos de experiência de investigação, por um período de 5 anos, foram aprovados 159 candidaturas em 2012 e 209 em 2013. Em 2012 as 6 universidades do interior e ilhas foram contempladas com 5 investigadores e em 2013 com apenas 6 (**3%** no total das dois concursos)

Em 2012 e 2013 a FCT promoveu a criação de **programas de doutoramento** por parte das universidades em todas as áreas científicas. Foram financiados 96 programas com a seguinte distribuição: IST (18), Nova + ITQB (21), Lisboa (14), Porto (15), Coimbra (9), Minho (9), Aveiro (3), ISCTE (2), Católica (2), Algarve (1), UTAD (1), Évora (1), Beira Interior (0), Madeira (0) e Açores (0). As 6 universidades do interior e ilhas foram contempladas com apenas 3 planos doutorais (**3%**). Estes programas foram classificados com notas entre 1-9 mas curiosamente houve programas do litoral aprovados com nota 8 e programas de doutoramento submetidos por universidades do interior não financiados com nota 8.

3. Desenvolvimento científico do interior?

Por que razão estas 6 universidades, no seu conjunto, não conseguem atrair mais do que **3-6%** do financiamento desta agência?

Na sua globalidade a investigação nas universidades do litoral está mais desenvolvida. São maiores, com muitos investigadores de top, com mais e melhores infra-estruturas, têm mais bolseiros e têm naturalmente uma maior produtividade científica. Mas a diferença de dimensão não justifica esta enorme assimetria. As universidades do interior têm 21% dos docentes universitários e foram responsáveis em 2013 por 22% das vagas no ensino superior.

Este padrão nos resultados dos diferentes tipos de programas da FCT resulta de uma opção estratégica da FCT em financiar apenas os melhores o que, sendo aceitável, tem como resultado a perpetuação de um país a duas velocidades. O modelo de avaliação dos diversos concursos da FCT beneficiam claramente os melhores grupos, os que já estão instalados sendo muito difícil ganhar um concurso com estas regras. Nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento o curriculum do orientador e em particular o nº de doutorandos dos últimos 5 anos tem um peso excessivo na avaliação do candidato que resulta na extrema dificuldade de um candidato do interior, orientado por um investigador competente, poder ganhar. Neste tipo de concursos ganham os

bolsheiros que se candidatam com orientadores que já ganharam no passado. O mesmo se passou nos concursos investigador FCT de 2012 e 2013 em que o peso da qualidade da unidade de investigação determinou que 97% fossem atribuídos às unidades de investigação do litoral.

Nos projectos de investigação também é valorizada a experiência anterior da equipa na condução de anteriores projectos de investigação pelo que se torna muito difícil a intromissão de novas equipas nestes concursos.

No concurso dos programas doutorais a FCT optou pelo financiamento quase exclusivo das universidades do litoral que, sendo melhores que as do interior, não deveriam necessariamente implicar a exclusão das do interior.

Com este modelo de financiamento a FCT alimenta apenas um conjunto restrito de grupos/universidades. Todas as outras, a quem de vez em quando são dadas umas migalhas, estão condenadas a definhar porque nunca se tornarão competitivas. O passado tem neste momento demasiado peso nos resultados finais e independentemente das ideias e propostas inovadoras, as candidaturas provenientes destas 6 universidades têm muito poucas chances de ganhar porque se não ganharam nada nos últimos 5 anos, também não ganharão no seguinte. Temos assim um sistema pouco dinâmico, que exclui milhares de investigadores e promove um certo “inbreeding” científico que protege quem já está bem embrenhado no sistema.

Com esta política da FCT é neste momento impossível, a uma instituição menos desenvolvida, competir com as grandes do litoral. Coloca-se assim a questão de saber o que queremos para o país? Pretendemos desenvolver o país como um todo ou apostar tudo no litoral? Seria interessante avaliar o investimento feito, nos últimos anos, nos dois grupos de universidades e compará-lo com a produtividade daí resultante, todavia a FCT não disponibiliza este tipo de dados.

Paulo Coelho e Romeu Videira
Universidade de trás-os-Montes e Alto Douro, Junho 2013

1. Projectos FCT aprovados entre 2009-2012

Universidade	2009	2010	2012
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	12	6	1
Universidade da Beira Interior	9	6	3
Universidade de Évora	13	8	9
Universidade do Algarve	14	7	14
Universidade da Madeira	1	2	2
Universidade dos Açores	0	0	0
Total interior e ilhas	49 (6.3%)	29 (4.6%)	29 (4.6%)
Total Aprovados pela FCT	780	632	633

2. Bolsas de doutoramento

BOLSAS DE DOUTORAMENTO EM EXECUÇÃO EM PORTUGAL POR REGIÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO, 2013	
Região destino	Nº BD
Norte	1477
Centro	1068
Lisboa e Vale do Tejo	2096
Alentejo	70
Algarve	69
R. A. Açores	10
R. A. Madeira	9
Total	4799
Fonte: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Conselho Directivo, à data de 22 de Janeiro de 2014.	

3. Bolsas de pos-doutoramento

BOLSAS DE POS-DOCTORAMENTO atribuídas entre 2008-2012 EM PORTUGAL POR REGIÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO,	
Região destino	Nº B PD
Norte	565
Centro	473
Lisboa e Vale do Tejo	1079
Alentejo	35
Algarve	65
R. A. Açores	12
R. A. Madeira	5
Total	2234
Fonte: Fundação para a Ciência e a Tecnologia	

4. Concurso Investigador FCT 2010 e 2012

Universidade	2012	2013
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	0	0
Universidade da Beira Interior	0	1
Universidade de Évora	1	2
Universidade do Algarve	4	2
Universidade da Madeira	0	0
Universidade dos Açores	0	1
Total interior e ilhas	5	6
Total Aprovados pela FCT	159	209

5. Docentes e alunos 2013

Universidade	Docentes	Vagas ES
Minho	917	2734
Porto	2381	4160
Aveiro	1021	2089
Coimbra	1461	3189
Lisboa (UL+IST+ISCTE)	3513	7661
Nova	1461	2706
ISCTE	450	1135
Trás-os-Montes e Alto Douro	548	1336
Beira Interior	545	1295
Évora	634	1069
Algarve	820	1562
Madeira	232	605
Açores	258	683
Total	14 241	30 224

Fonte: FCT, CRUP e DGES